

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Murilo Ristow Catarina
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

SANTA CATARINA NA EXPOSIÇÃO DE
HISTÓRIA DO BRASIL DE 1881

CATARINA, Murilo Ristow
GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo
SANTA CATARINA NA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO
BRASIL DE 1881
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 183(488): 57-90, jan./abr. 2022

Rio de Janeiro
jan./abr. 2022

SANTA CATARINA NA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL DE 1881

SANTA CATARINA AT THE BRAZILIAN HISTORY EXHIBITION OF 1881

MURILO RISTOW CATARINA¹

SANDRA PASCHOAL LEITE DE CAMARGO GUEDES²

Resumo:

O presente artigo pretende compreender os valores atribuídos ao Patrimônio Cultural de Santa Catarina a partir da análise dos itens enviados pela Província, ao Rio de Janeiro, para fazer parte da Exposição de História do Brasil de 1881. A metodologia utilizada foi a de análise de documentos relativos à exposição. Os documentos foram encontrados em plataformas digitais como o acervo digital da Biblioteca Nacional e da Biblioteca do Senado. Os documentos foram analisados com base, principalmente, em Lília Moritz Schwarcz (1998), Alois Riegl (2014) e Janice Gonçalves (2016). Como resultados compreendemos que os valores atribuídos, tanto pelo Império quanto pela Província de Santa Catarina, ao patrimônio cultural selecionado para a exposição, pretendiam demonstrar a organização e o desenvolvimento do país, contribuindo assim com o discurso relacionado ao progresso e à grandeza do império.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Exposição; Valores; Santa Catarina.

Abstract:

In the paper, we seek to understand the values attributed to the Cultural Heritage of Santa Catarina by analysing the documents sent by the Province for the Brazilian History Exhibition in Rio de Janeiro in 1881. The documents were collected from digital libraries such as the Biblioteca Nacional and Biblioteca do Senado and analysed based mainly on data collected by Lília Moritz Schwarcz (1998), Alois Riegl (2014) and Janice Gonçalves (2016). We conclude that the values attributed both by the empire and by the Province of Santa Catarina to the cultural heritage aimed at showing the organization and development of the country, thus contributing to the discourse on the progress and greatness of the Empire.

Keywords: cultural heritage; values of cultural heritage; exposition; Santa Catarina.

Introdução

No Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, em 2 de dezembro de 1881, iniciava-se uma exposição de história nacional para comemorar o aniversário do imperador D. Pedro II, com a presença do imperador e

1 – Licenciado em História e Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Bolsista CAPES. Email: muriloristowc@gmail.com.

2 – Doutora em História e pós-doutora em Museologia. Professora Orientadora da Universidade da Região de Joinville (Univille). Email: sandraplcguedes@gmail.com.

sua esposa, que contou com um público de 7.621 visitantes nas instalações da Biblioteca Nacional no decorrer do mês de sua duração.³

Realizada sob a liderança do Ministério dos Negócios Interiores⁴ e a coordenação de Ramiz Galvão, então diretor da Biblioteca Nacional, a Exposição de História do Brasil também contou com o apoio de membros da corte que ajudaram na análise dos itens que seriam expostos e emprestaram muitos outros para a exposição. Estima-se que aproximadamente 20 mil itens bibliográficos e iconográficos de todo o território brasileiro foram enviados ao Rio de Janeiro para a Exposição, sendo dos mais diversos tipos, como livros, mapas, gravuras, jornais, documentos, moedas, medalhas e outros.

O objetivo desse artigo é compreender os valores atribuídos aos documentos enviados por Santa Catarina para a Exposição de História do Brasil de 1881, através da análise com base em Riegl⁵, que escreve no século XX, e Gonçalves⁶, que escreve sobre o valor do patrimônio cultural catarinense no século XXI.

Benjamin Ramiz Galvão esteve vinculado a instituições ligadas à produção histórica no país, como ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e à Biblioteca Nacional (BN), onde foi diretor de 1870 a 1882. Galvão teve como primeiro objetivo na Biblioteca a modernização da instituição, valorizando seu nome, e aproximando e ganhando a confiança de possíveis doadores para aumentar o acervo documental e bibliográfico da Biblioteca:

A “abertura” da Biblioteca e a compra de novas coleções aumentaram também a confiabilidade da instituição, o que reverteu em um bom número de doações que só vieram valorizar o seu acervo⁷.

3 – BRASIL. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Relatório do ano de 1881 apresentado a Assembleia Legislativa na 1ª sessão da 18ª legislatura*. Rio de Janeiro, 1882.

4 – *Idem*.

5 – RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

6 – GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

7 – CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Irradiação Cul-

Embora Ramiz Galvão receba os louros pela organização da Exposição, ele mesmo atribuiu parte da ideia ao Ministro dos Negócios Interiores do Império, Barão Homem de Mello, que também esteve envolvido com exposições anteriores, e inclusive, fora membro das comissões que organizaram a participação do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia em 1876, onde conheceu Ramiz Galvão.⁸

Ramiz Galvão também foi o responsável pelo início das publicações dos Anais da Biblioteca Nacional em 1876, que tinha como objetivo compartilhar documentos raros, transcrições e até mesmo publicar matérias referentes à Instituição. Foi com esse objetivo que, em 1881, foi publicado o Catálogo da Exposição de História do Brasil, que foi dividido em três partes: duas delas publicadas no mesmo ano da exposição, contando com 1758 páginas, e um Suplemento, publicado em 1883. O Catálogo da Exposição de História do Brasil – CEHB foi considerado um trabalho extremamente relevante,

É um trabalho insuperável, produto da competência, da obstinação e da dedicação de Ramiz Galvão que, em tempo recorde para as enormes dificuldades da época, organizou, em 1881, em comemoração do aniversário de D. Pedro II, a maior exposição bibliográfica e iconográfica sobre o País, publicando o respectivo catálogo em dois tomos que, junto com o suplemento, organizado por seu sucessor, Saldanha da Gama, constituíram o vol. IX dos Anais da Biblioteca Nacional⁹.

A proposta inicial de Ramiz Galvão para a exposição de história do Brasil foi de serem feitas conferências sobre a história e a geografia do país durante a mostra, mas não foi o que aconteceu, por falta de inscrições de trabalhos em número suficiente.¹⁰

tural, 1994. p. 66.

8 – TURAZZI, Maria Inez. A EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL DE 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. In: “Usos do Passado” XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2011. *Anais*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2011. p. 3-4.

9 – BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Introduções de José Honório Rodrigues e de Otaciano Nogueira. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998. 3 v

10 – TURAZZI, Maria Inez. A EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL DE 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. In: “Usos do Passado” XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2011. *Anais*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2011. 10p.

A análise para esse artigo foi feita a partir de documentação, referente à citada exposição, existente nas plataformas virtuais da Biblioteca do Senado e da Biblioteca Nacional. A partir dessas fontes constatamos que a Província de Santa Catarina enviou, aproximadamente, 286 itens à capital do império para contribuir com a exposição, dentre panoramas, pinturas, desenhos, plantas, mapas, cartas topográficas e fotografias, que, no entanto, embora enviadas, não foram expostas.

Com relação à iconografia enviada para a Exposição, trata-se de imagens de cidades e colônias recém-criadas, como da Colônia Dona Francisca, atual Joinville, assim como imagens relacionadas à segurança da Província, como fotografias de bugreiros¹¹, soldados e plantas de fortes. Neste artigo, analisaremos oito imagens sobre a Colônia Dona Francisca que se encontram disponíveis no portal Brasileira Fotográfica, pertencente à Biblioteca Nacional, e parte do Álbum intitulado “Vistas Fotográficas da Colônia Dona Francisca”, produzidas na década de 1860 por Louis Niemeyer, diretor da Colônia de 1860 até 1873. Segundo Wanderley¹² o álbum foi dedicado ao imperador Dom Pedro II e passou a fazer parte da coleção Dona Thereza Christina Maria, hoje pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional. Ainda segundo a autora, as fotos foram enviadas à exposição de 1881, contudo, não foram expostas, pois não constam no Guia da exposição.

A coleção Dona Thereza Christina Maria é composta de 23 mil fotografias pertencentes ao imperador e doadas, por ele, à Biblioteca Nacional em 1891, após a Proclamação da República. Tais fotografias, frutos das

11 – Bugreiros eram forças paramilitares armadas presentes em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e localidades de São Paulo no século XIX, compostas por colonos, tinham a função de caçar bugres (nomenclatura da época para indígenas). ZANELATTO, João Henrique; JUNG, Gilvani Mazucco; OZÓRIO, Rafael Miranda. Índios e brancos no processo colonizador do sul catarinense na obra de histórias do grande Araranguá de João Leonir Dall’alba. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 174-202, 2015. Disponível em: www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm. Acesso em: 14 set. 2021.

12 – WANDERLEY, Andrea C. T. *Exposição de História do Brasil de 1881-1882*. 2019. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=exposicao-de-historia-do-brasil-de-1881-1882>. Acesso em: 07 nov. 2021.

viagens de D Pedro II, retratavam aspectos do Brasil e do mundo no século XIX: vistas do Brasil, acontecimentos históricos, personagens, fotografias científicas e curiosidades¹³.

A metodologia utilizada foi a de análise documental¹⁴. O principal documento utilizado nesta pesquisa foi o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, que está disponível no site da Biblioteca Nacional. Os três tomos do Catálogo contam com mais de 20 mil itens, organizados em ordem crescente pelo número de inscrição e ordem alfabética e, em algumas partes, separados por províncias, de onde foram enviados. Alguns objetos não estão catalogados com nome ou número de registro, ou ainda pela província de origem, já que foram enviados por uma instituição, como foi o caso das fotografias que se referem à Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina.

Os objetos enviados pela província de Santa Catarina foram localizados no Catálogo, listados em uma tabela e identificados por nome, número de registro, se foi exposto ou não, e os tomos do catálogo em que se encontram. O próximo passo foi a classificação e análise dos mesmos, com base no texto de Barros¹⁵, que sugere a utilização de perguntas para uma análise crítica do documento, tais como: “Quem é o autor”, “Qual seu contexto”, “Onde”, “Quando” e “Porque ele escreve”.

Assim, a análise documental foi realizada considerando o documento como um monumento, “fruto do esforço de uma sociedade no passado que se projeta ao futuro”, e entendendo que todo documento é redigido

13 – SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 623 p. A Coleção Dona Thereza Christina Maria recebeu este nome em homenagem à Imperatriz, esposa de D. Pedro II, a seu pedido. Esta coleção recebeu o Registro Internacional de Memória do Mundo em 2003 devido à importância e diversidade dos registros fotográficos que ela compõe.

14 – BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de Historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 159 p.

15 – BARROS, José D’Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. *Diálogos*, Maringá, v. 17, n. 3, p. 977-1005, set. 2013.

conforme os valores da sociedade em que foi produzido, levando em conta suas relações de poder¹⁶.

Para além da crítica ao documento e o entendimento da subjetividade que o autor imprime, foi necessária uma análise da relação entre a fabricação e a percepção do acontecimento, pois segundo Dosse¹⁷, “esse movimento de revisitação do passado pela escritura histórica acompanha a exumação da memória nacional e contempla ainda o momento memorial atual”.

O conceito de valor atribuído ao patrimônio cultural será importante para a análise desses documentos. Alois Riegl¹⁸ afirmava no início do século XX, em 1903, que os valores atribuídos por uma sociedade são subjetivos e que havia identificado três tipos principais de valores: o valor histórico, relacionado à história do patrimônio em questão; o valor intelectual, que se refere ao conhecimento envolvido naquele patrimônio; e o valor artístico, ligado às qualidades artísticas, principalmente qualidades técnicas de arte daquele patrimônio. Para complementar esse conceito usaremos a discussão proposta por Janice Gonçalves¹⁹ em 2016, que adiciona o valor afetivo, quando o patrimônio é valorado por meio de relações de memória.

A análise de documentos e dos textos empregados na descrição dos objetos permitiram compreender o valor desses objetos no período, para que fossem considerados bens importantes a ponto de serem expostos em um evento nacional.

As informações constantes na lista de itens enviados por Santa Catarina foram cruzadas com o *Guia da Exposição de História do Brasil*²⁰

16 – LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990. 476 p.

17 – DOSSE, François. *A História*. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: Edusc, 2003. p 108.

18 – RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

19 – GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

20 – BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Guia da Exposição de História do Brasil*. Rio

para saber quais e quantos itens foram realmente expostos, chegando ao número de apenas um item, sendo ele a “Planta da costa do Brasil, desde a cidade do Rio Grande do Sul até a ilha do Arvoredo em Santa Catharina”²¹, já que não há registro da exposição das fotografias. Será que esse número simboliza o que significava a Província para o Império?

História, Documento Histórico e Patrimônio Cultural

Para entender o contexto da ciência no século XIX, Gouvêa²² apresenta as transformações pelas quais o processo de construção do conhecimento estava passando. Para a autora, a criação de métodos e técnicas para produção de conhecimento, como a catalogação regular, deu início ao que conhecemos hoje como cientificidade. No campo historiográfico, uma das primeiras tentativas de tornar a história um conhecimento científico ficou a cargo do historicismo alemão que, segundo Barros²³, estabelece uma metodologia de estudo do passado a partir de análise de documentos escritos oficiais. Essa metodologia, que teve como principal expoente Leopold Von Ranke (1795-1886), possui aspectos considerados importantes até os dias de hoje.

Já no século XX, a história avançou como ciência, discutindo a relação do historiador com os documentos. Marc Bloch²⁴, ainda na década de 1940, apontava para a necessidade de o historiador analisar um documento dentro do seu tempo de criação. Posteriormente, Jacques Le Goff²⁵ demonstrava a não neutralidade de um documento, características que deverão permear a análise documental neste artigo. O documento é

de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1881.

21 – *Idem*, p. 153.

22 – GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Estudos sobre desenvolvimento humano no século XIX: da biologia à psicogenia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 134. ago. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000200013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 23 jul. 2020.

23 – BARROS, José D’Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. *Diálogos*, Maringá, v. 17, n. 3, p. 977-1005, set. 2013.

24 – BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de Historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 159 p.

25 – LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990. 476 p.

para Le Goff um recorte consciente ou não de uma época, que também é ressignificado pelo tempo. O pesquisador, segundo o autor, também não é neutro ao escolher determinado documento ao invés de outro, exercendo então, o poder de transformar um documento em testemunho e retirá-lo do conjunto histórico que foi criado, além de estar relacionado à organização mental do historiador.

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem²⁶.

François Dosse também vê a necessidade de entender a subjetividade da história. O autor relaciona a subjetividade à construção da história, sendo a ciência histórica uma linha tênue entre a realidade e a ficção. Para ele a análise deve ser feita na perspectiva do acontecimento, o que revelaria as subjetividades do autor do documento e de quem o está analisando, que no seu presente carrega consigo suas subjetividades. “A memória, pressupondo a presença da ausência, permanece a ligação essencial entre o passado e o presente, desse difícil diálogo entre o mundo dos mortos e dos vivos”²⁷

Para a análise do documento é importante também entender que a noção de tempo passado é relativa. Koselleck²⁸ discute que, ao revisitar o passado com problematizações feitas em um determinado presente, há também, uma ressignificação do passado. Para o historiador alemão, o tempo é um conceito totalmente humano (o passar do tempo, o futuro, presente e passado, além da percepção de aceleração e desaceleração dessa passagem temporal). Ao analisar um documento, as subjetividades

26 – *Idem*, p.549

27 – DOSSE, François. *A História*. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: Edusc, 2003.p 290-291.

28 – KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2000. 351 p.

reveladas pelo tempo se tornam muito mais aparentes, tanto na tentativa de compreensão do passado, quanto no processo de ressignificá-lo. Existe uma correlação entre o documento histórico, o tempo e o patrimônio: um documento pode ser criado ou não para ser histórico, isso envolve o tempo e as percepções sobre aquele documento. O documento pode ser visto como um monumento²⁹, como um patrimônio histórico construído com intencionalidades e pretensões para o tempo em que foi criado e para o futuro.

O termo “patrimônio” tende a aparecer acompanhado de adjetivos, tornando-o mais preciso, como por exemplo “econômico”, “natural” ou “histórico”, em que estão inclusos os documentos do passado, da cultura, entre outros.

Fonseca³⁰ propõe uma concepção mais ampla, discutindo patrimônios imateriais como danças, lugares e saberes, ao contrapor a visão tradicional de patrimônio e discutir o bem material. A autora também evoca o debate do aspecto imaterial inserido em um patrimônio tangível, como as igrejas barrocas, tombadas como patrimônio material. Entretanto, o ato de rezar, que se apresenta como um bem imaterial, está intrinsecamente ligado àquela edificação³¹. Já Gonçalves³² propõe que o patrimônio passe a ser encarado como uma categoria de pensamento, mostrando a importância da discussão sobre patrimônio intangível ou imaterial, que oferece uma flexibilidade ao conceito de patrimônio, muitas vezes engessado e voltado apenas para os monumentos materiais.

29 – LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990. 476 p.

30 – FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: Por uma concepção ampla do Patrimônio Cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58

31 – MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 1, 2009, Ouro Preto. *Anais [...]*, Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

32 – GONÇALVES, José R. Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

Trataremos neste artigo o objeto/documento enviado para fazer parte da exposição, como um patrimônio histórico da época. Apesar de possuírem uma materialidade, todos eles continham uma subjetividade intrínseca ao tempo e contexto social em que foram criados. Mais precisamente, trataremos de documentos escritos e iconográficos, não apenas por serem o foco da exposição, mas também porque era o que se entendia por documento histórico. Porém as iconografias não eram consideradas documento histórico, segundo o conceito Rankeano³³ do que é documento histórico, mas é interessante pensar que esses documentos foram enviados a uma exposição de história, como testemunhas desse passado.

Estes documentos, fazem parte do patrimônio histórico de um país na época, e estão suscetíveis à subjetividade que permeia os sistemas de valoração e os classificam como mais ou menos importantes.

Valores atribuídos ao patrimônio cultural

O sistema de valoração de um patrimônio cultural está sempre relacionado ao tempo, seu presente e seu passado³⁴, já que algo considerado valioso em um determinado contexto sócio-histórico pode perder o seu valor em outra realidade.

Silvana Rubino³⁵ afirma que um patrimônio é um bem cultural de identidade social e política, com isso, atos como o de lembrar carregam um sentido político. Muitas vezes não é negada a memória de um grupo social, mas na luta de poderes pela lembrança promulgada como bem cultural, o apagamento acontece não por uma exclusão sistematizada, mas pelo simples não lembrar. O ato de lembrar está intrinsecamente ligado às narrativas construídas socialmente, e os valores atribuídos ao patrimônio

33 – BARROS, José D'Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. *Diálogos*, Maringá, v. 17, n. 3, p. 977-1005, set. 2013.

34 – GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

35 – RUBINO, Silvana. *As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 1937/1968*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

cultural têm relações entre si, sendo regulados por tais narrativas - as quais atribuem sentido a esses valores e estão ligadas a processos sociais de produção de memória, como escreve Gonçalves³⁶.

Compartilhando das ideias de Riegl, Choay muda a terminologia de “valores de conhecimento” para “valores cognitivos”, intrinsecamente ligado ao monumento histórico. Segundo a autora, a mudança de terminologia se dá pelos valores ligados à cognição sobre aquele patrimônio, e não apenas ao conhecimento, pois a palavra pode ser muito vaga. Por outro lado, existe o valor estético e o valor artístico atribuído a um patrimônio, que pode caminhar ou não com o valor cognitivo, sendo o valor estético o que envolve mais subjetividade³⁷.

Ainda segundo Françoise Choay, temos em consideração o valor de referências baseadas em J. Ruskin (1819-1900) em que se estabelecem relações ligadas à memória de quem irá atribuir os valores. Assim, para a autora, o conceito de Patrimônio Histórico está ligado ao conjunto de monumentos, documentos, arquiteturas e outros objetos patrimoniais, cujo valor poderá ou não ser atribuído. Para a autora, esse valor faz com que o monumento histórico se torne mais universal, deixando de atender a uma pequena parte da sociedade

Trazendo à memória a dimensão sagrada das obras humanas, o monumento histórico adquire, além disso, uma universalidade sem precedentes. O monumento tradicional, sem qualificativos, era universalmente difundido, mas fazia reviver os passados particulares de comunidades específicas; o monumento histórico fazia até então referência a uma concepção ocidental da história e as suas dimensões nacionais. Em contrapartida, na concepção Ruskiana, quaisquer que tenham sido a civilização ou grupo social que o erigiram ele se dirige igualmente a todos os homens³⁸.

36 – GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

37 – CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Unesp, 2017. 282 p. Tradução de Luciano Vieira Machado.

38 – *Idem*, p. 141-142.

Existem, portanto, outras visões sobre o patrimônio. No caso do Historiador e museólogo francês Hugues de Varine, o patrimônio é algo atrelado às pessoas, um objeto do público, da comunidade, um fator de identidade nas várias camadas de um Estado, do municipal ao nacional, ou como ele mesmo descreve: “a carteira de identidade de uma comunidade”³⁹. Patrimônio para o autor é um bem compartilhado por todos e que representa a diversidade cultural que lhe atribui valor

Ora, o patrimônio de que eu quero falar [...] é antes de tudo de natureza comunitária, isto é, emana de um grupo humano diverso e complexo, vivendo em um território e compartilhando uma história, um presente, um futuro, modos de vida, crises e esperanças⁴⁰.

Essa variedade de valores que são atribuídos ao patrimônio cultural, é também um reflexo dos vários indivíduos que possuem em seu cotidiano um patrimônio inserido.

Entender o discurso e os valores atribuídos aos itens enviados por Santa Catarina para uma exposição nacional, portanto, só é possível a partir do entendimento do que se considerava importante na época e atualmente. Essa análise possibilitará uma visão do que se queria demonstrar sobre a província para o restante do Império. Contudo, ao montar uma exposição de história nacional, o império brasileiro cria um discurso sobre aquilo que é digno de representar a história do país a partir daqueles itens escolhidos. Como cita Santos⁴¹ ao discutir a criação dos museus nacionais no Brasil no século XIX:

Toda a autoridade dos fatos que são retomados funda-se na autoridade da traição estabelecida principalmente pelo império. O tempo linear e contínuo não aparece como objeto da história, e o critério de escolha recai sobre tudo aquilo que é extraordinário e digno de ser lembrado sob aquele teto, ou seja, sobre o que está de acordo com os valores já definidos⁴².

39 – VARINE, Hugues de. *As Raízes do Futuro*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

40 – *Idem*, p. 44

41 – SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

42 – *Idem*, p. 45.

O conceito de patrimônio concebe uma popularidade associada a investimentos de toda ordem (política, econômica, social) que são por ele movidos. O estudo a respeito desse patrimônio oscila entre algo subjetivo, que são os valores atribuídos pela sociedade. No caso da exposição que está sendo analisada neste artigo, os valores não são atribuídos pela sociedade como um todo, mas sim por um grupo de pessoas responsáveis por organizar o acervo que viria a ser exposto⁴³.

Santa Catarina na exposição de 1881

Embora Santa Catarina tenha enviado 286 itens para a Exposição de História do Brasil, apenas um foi exposto, sendo ele o original da “Planta da costa do Brazil, desde a cidade do Rio Grande do Sul até a ilha do Arvoredo em Santa Catharina”. Identificada como sendo de autoria de José Custódio de Sá e Faria, engenheiro militar e cartógrafo, ao que parece, o valor desse documento está atribuído ao nome de quem o confeccionou. José Custódio de Sá e Faria teve sua importância em suas viagens, registrando por volta da década de 1760 os mapas dos territórios que ainda hoje constituem o Brasil, Argentina e Uruguai⁴⁴.

Dentre os objetos enviados por Santa Catarina para a Exposição, a maioria era itens documentais e relacionados à Geografia. Foram diversos mapas, plantas, cartas tipográficas, plantas hídricas⁴⁵ que, possivelmente, pretendiam apresentar a Província à Corte Carioca, uma província, à época, de ocupação relativamente recente em comparação a outras como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Um fator que, talvez, possa ter influenciado na escolha de quantos e quais itens seriam expostos por província, além da limitação de espaço da

43 – POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239 p.

44 – REIS, Elisa Pereira. O Estado Nacional como Ideologia: O caso brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

45 – A diferença entre Mapas, Cartas e Plantas, de maneira sucinta é o nível de detalhamento e escala de cada um dos documentos, o mapa tem grande escala e, portanto, menos detalhes, as cartas têm uma escala média assim como seus detalhes e as plantas representam uma pequena escala do território, mas muito detalhado. (IBGE, 1999)

própria exposição, poderia ser a relevância de cada província no contexto nacional. Como por exemplo a província do Rio Grande do Sul, que tinha grande importância militar e de proteção da fronteira sul⁴⁶ do império teve 3 itens expostos:

Plano corographico individual do Rio Grande de S. Pedro das lagoas de Merim e da Mangueira e Linguas de Terra que medeiam entre ellas e a costa do mar e arroyos, etc. *Original*, com assign, autogr. de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara e Francisco João Roscio. Outro exemplar com as mesmas assign, autogr. Pertence á demarcação de limites. Exp.: Arch. Militar e Secret, de Estrangeiros.[...]; Republica Rio Grandense. Medalha de Cobre; [...]; Estatistica da provincia do Rio Grande de São Pedro por José Pedro Cezar. 1827. *'Original*. Exp.: Arch. Militar⁴⁷.

São Paulo, que era uma província com um pouco mais de protagonismo no cenário imperial, graças à produção de café, também teve três itens expostos:

S. Paulo. Pint. a oleo. Exp.: S. M. o Imperador; [...] Mappa corographico da capitania de S. Paulo, [em] que se mostra a verdadeira situação dos logares por onde se fizeram as sete principaes divisões do seu Governo com o de Minas Geraes. 1766. *Original*. Exp.: Arch. Militar; [...] Memorias e tabellas estatísticas da provincia de S. Paulo. 1827. Com a auth. por Joaquim Floriano de Toledo, um dos signatarios da obra. (B. N.) Vide adiante o n. 678⁴⁸.

O Rio de Janeiro, capital do Império, foi a província que mais teve itens expostos, justamente por contar com uma grande quantidade de itens emprestados pelo próprio imperador, somando aproximadamente 80 itens, dentre eles, os “Trabalhos do dr. Matheus Saraiva lidos na Academia dos Felizes do Rio de Janeiro” e os “Estatutos da Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro. 1786. *Original*.”, por exemplo⁴⁹.

46 – TARGA, Luiz Roberto Pecoits. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. *Ensaio Fee*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 308-344, ago. 1991.

47 – Conforme escrita original: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Introduções de José Honório Rodrigues e de Otaciano Nogueira. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998. 3 v. p. 193.

48 – *Ibidem*, p. 955.

49 – BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo da exposição de história do Brasil*.

Em Santa Catarina o vazio demográfico, em meados do século XIX, era considerado imenso já que os indígenas não eram considerados parte do mundo civilizado. As necessidades de abastecimento de alimentos não produzidos pelas grandes propriedades monocultoras e de defesa das regiões de fronteira com os países vizinhos, no sul do Brasil, impulsionavam o governo imperial a promover a imigração para a região⁵⁰. Segundo Guedes, o processo abolicionista também contribuiu com o movimento imigrantista no Brasil, já que seria necessário substituir aquela mão de obra empregada de forma abundante no país e, especialmente, nas lavouras monocultoras. Nesse contexto, a imigração europeia parecia a solução para o governo brasileiro:

A colonização por intermédio das pequenas propriedades rurais foi a solução encontrada para o sul do país, pois garantiria a posse definitiva das terras em conflito e propiciaria às demais regiões alimentos não produzidos pelos latifúndios monocultores⁵¹.

O envio de iconografia das cidades e colônias em crescimento na Província, provavelmente pretendia demonstrar o desenvolvimento que ocorria em Santa Catarina com o assentamento de colonos e as atividades econômicas agrárias e de pequenas manufaturas que se instalavam na província. Um exemplo desse tipo de material enviado para a exposição foi a “Planta da Colônia de Dona Francisca, na província de Santa Catharina. 1853. Por Herman Liebich.”⁵², que comprovava a ocupação daquele espaço geográfico.

Diversas fotos panorâmicas das cidades mais colônias, mapas, fotografias e pinturas, foram enviados para a Exposição. Evidenciando a importância dada, pela província, a esse tipo de documentação, que mos-

Introduções de José Honório Rodrigues e de Otaciano Nogueira. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998. 3 v. p. 558.

50 – GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. 2. ed. Joinville, SC: Ed. da UNIVILLE, 2005. 266 p.

51 – *Idem*, p. 14.

52 – BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Introduções de José Honório Rodrigues e de Otaciano Nogueira. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998. 3 v

trava o trabalho que vinha sendo feito para cumprir os objetivos de ocupar essas terras com imigrantes e fazê-las produzir.

As “Memórias”⁵³, enviadas por Santa Catarina para a Exposição, também se relacionavam ao desenvolvimento da infraestrutura na província, relatando a abertura de estradas, linhas de comunicação ou construção de portos. Um exemplo deste tipo de documento enviado à Biblioteca Nacional, foi o denominado “Primeiras tentativas de huma communição franca com a Villa de Lages, e Capitania de S. Paulo, ordenadas pelo Governador da Província de Santa Catharina o Tenente Coronel de Artilharia José Pereira Pinto, em. o anuo de 1787”⁵⁴.

Com relação à segurança, foram enviados à capital documentos com planos de construir mais fortes e seus respectivos projetos como o “Projecto do Coronel Jozé Custodio para o Forte da Praia da Villa do Desterro”⁵⁵.

Também foram enviados jornais produzidos em colônias relativamente novas como o *Kolonie-Zeitung*, um importante jornal fundado em 1862 e que esteve em circulação até 1941 na colônia Dona Francisca, atual cidade de Joinville, fundada em 1851. O jornal que era o mais antigo de matriz germânica em circulação no Brasil, tinha grande tiragem para a época, contando com cerca de 3500 exemplares e com correspondente internacional de Hamburgo, na Alemanha. Foi redigido em Alemão até a Primeira Guerra Mundial, quando passou a se chamar Actualidade e ser redigido em português⁵⁶. Até hoje o jornal é considerado um documento importante para a história de Joinville e região. Esses jornais poderiam ser entendidos não só como um símbolo de desenvolvimento, mas como um campo de embates simbólicos e espaço de participação política.

53 – Nome dado à época, a documentos do tipo relatórios. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva. 1832.

54 – BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Introduções de José Honório Rodrigues e de Otaciano Nogueira. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998. 3 v

55 – *Idem*.

56 – UFPR (ed.). *Kolonie-Zeitung*. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46592>. Acesso em: 14 set. 2021.

Expor mapas e cartas topográficas e hidrográficas, certamente, ajudava a enaltecer e mostrar até onde ia o poder do imperador. O interesse em demonstrar esse poder poderia ser ainda mais compreendido se levarmos em conta que a exposição aconteceu apenas 11 anos após o término da guerra do Paraguai, cujo estopim foi a invasão do território imperial pelo exército do Paraguai por Solano López, que avançou as fronteiras do que é hoje o estado de Mato Grosso, em 1864, motivado por uma série de fatores econômicos, como a disputa por Paraguai e Brasil pelo fornecimento de erva mate no mercado latino-americano.⁵⁷ Segundo Schwarcz no ápice do conflito a imagem do imperador teve uma alta, com a ideia do “líder guerreiro”, entretanto o prolongamento da guerra, o elevado número de mortes, o congelamento das reformas internas e os altos gastos que, segundo a autora foram 614 mil contos de réis, onze vezes o orçamento governamental para o ano de 1864, a imagem do imperador ficou bastante prejudicada.

A despeito da oscilação, a guerra terminava com uma vitória abalada pelo número de mortes e pela crueldade das batalhas. A imagem do imperador também saía abalada; afinal, qual seria o motivo dessa perseguição, que inclusive conseguiu emprestar à memória de López um caráter heroico e patriótico?⁵⁸

Sem dúvidas, a demonstração de força do imperador passava também pela grandeza de seu império, simbolizada por plantas e mapas de um imenso território que se consolidava pela presença de pessoas que cultivavam a terra, sinônimo de crescimento econômico na época.

A relação de itens enviados e expostos permitiu que fosse encontrada parte do acervo da exposição por meio do portal “Biblioteca Sophia” anexada ao acervo digital da BN. Os nomes dos itens catarinenses foram colocados no site do portal, com o filtro da data da exposição, mas não foram encontrados resultados. Porém, quando é pesquisado “Exposição 1881” na barra de pesquisa, aparecem 115 itens relacionados ao país todo,

57 – SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 623 p.

58 – SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 313

o equivalente a 0.56% do total de itens que foram enviados ao Rio de Janeiro para serem expostos. Destes 115 itens, 66 são gravuras, 26 livros, 9 fotografias, 7 manuscritos, 6 desenhos e periódicos, em português, espanhol, francês e inglês; documentos esses enviados para a exposição e incorporados ao acervo da Biblioteca Nacional.

Tendo como referencial os valores identificados por Riegl é possível pensar em quais valores poderiam ser atribuídos a cada tipo de item enviado à exposição.

A julgar pelo número de itens enviados em relação ao número de itens catarinenses expostos, podemos supor que Santa Catarina não estava em sintonia com o que a exposição queria demonstrar como detentor de valor histórico. Além do que, ao identificar os valores atribuídos ao patrimônio histórico catarinense, talvez seja possível entender qual o discurso que a província estava construindo com esses itens.

O álbum de Fotografias

Além de documentos escritos e geográficos, a província catarinense enviou fotografias, mais precisamente quem as enviou foi a Colônia Dona Francisca. São fotos de um álbum chamado “Vistas Fotográficas da Colônia Dona Francisca”, produzidas em 1866 pelo fotógrafo Louis Niemeyer e, segundo Wanderley⁵⁹, dedicadas e entregues ao imperador. Pelo que foi possível perceber, o álbum foi enviado para a Exposição de História do Brasil, em dezembro de 1881, pelo próprio Dom Pedro II, já que não há registro das fotos no catálogo de itens enviados pela província catarinense. Em algumas fotografias há datas e em outras não, porém não há uma data de envio dessas imagens ao imperador. Possivelmente foram enviadas entre 1868 e 1873, sendo as datas das chegadas dos imigrantes que tiveram as suas casas fotografadas.

59 – WANDERLEY, Andrea C. T. *Exposição de História do Brasil de 1881-1882*. 2019. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=exposicao-de-historia-do-brasil-de-1881-1882>. Acesso em: 07 nov. 2021.

O álbum, que passou a fazer parte da coleção Dona Thereza Cristina Maria, traz 8 imagens de casas, igrejas, imigrantes e um engenho, a fim de exemplificar a possível representação do fotógrafo sobre a Colônia. As fotos estão disponíveis *online* no portal Brasileira Fotográfica, que faz parte da Biblioteca Nacional.

Segundo Boris Kossoy⁶⁰ as fotografias são fragmentos de um passado, que passam por um filtro, o filtro cultural do fotógrafo, que por meio dos planos e dos ângulos, cria uma narrativa naquele pequeno espaço temporal que fica congelado. Entretanto, ao trabalhar com imagens que foram enviadas ao imperador do Brasil e que fazem parte de uma coleção, podemos admitir que essas imagens passam por um segundo filtro, o do colecionador.

Ao constituir uma coleção, de quaisquer objetos, retiramos dele seu uso principal e lhes atribuímos um status de preciosidade ou de raridade, uma coleção procura manter o valor de troca dos objetos, porém sem dar-lhes um valor de uso⁶¹. O autor atribui uma série de fatores a este fenômeno de, ao colecionar algo, torná-lo raro.

Diz-se também que certas peças de coleção são fonte de prazer estético; que outras – e por vezes são as mesmas – permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos. Enfim, observa-se que o facto de as possuir confere prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente.⁶²

Os objetos que saem do circuito de atividades econômicas e são guardados com uma proteção especial, estão para Pomian⁶³, como uma coleção de coleções, que é o que vemos nessas fotografias que passaram a pertencer à coleção do imperador Dom Pedro II. Contudo, essas fotografias, principalmente ao serem expostas, comunicam uma memória,

60 – KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. 179 p.

61 – POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*, v. 1, p. 51-86, 1984.

62 – *Idem*, p. 54.

63 – *Idem, Ibidem*.

mais precisamente uma memória cultural. Segundo Assmann⁶⁴, memória cultural é um tipo de memória coletiva que é compartilhada por um grupo de pessoas e que transmite a essas pessoas uma identidade coletiva, e essa memória coletiva pode ser transmitida através de uma memória comunicativa.

A memória cultural é um tipo de instituição. Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentem à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra⁶⁵.

A memória cultural, segundo o autor, está aliada ao tempo histórico, mítico e cultural, ou seja, ela se relaciona com os conceitos de tempo como uma identidade cultural, portanto, as fotografias são um transmissor de uma mensagem por repassar essa identidade, já que a memória é compartilhada e coletiva ao grupo social que se identifica com ela.

Aliado a esse conceito, podemos compreender, então, as fotografias como um transmissor dessa memória cultural, que está impressa em uma fração do espaço-tempo, que passa por um “arranjo” de significados quando o fotógrafo a produz.

Partindo para as fotografias, podemos começar pela foto de um engenheiro de açúcar (Figura 1) que pertencia ao Duque D’Aumale, irmão do príncipe de Joinville, sendo assim cunhado do imperador. A Figura 1 mostra, ao fundo, uma grande construção com alguns instrumentos à frente, mas o que chama a atenção é a pessoa à esquerda que está com uma vestimenta muito diferente das demais, muito bem-vestido, com suas calças brancas, colete, chapéu e um casaco longo.

A propriedade do Duque em Joinville era chamativa por seu tamanho, segundo Ficker⁶⁶ a propriedade já tinha um aspecto fabril, com cha-

64 – ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *História Oral*, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016.

65 – ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *História Oral*, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016. p. 118.

66 – FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona*

miné alta e com acomodação para os funcionários, além de muitas ferramentas e uma vasta plantação ao longo do Rio Cubatão.

A montagem da caldeira e das máquinas, para a fabricação de cachaça e açúcar, prosseguia em ritmo normal, oferecendo a fazenda do Duque d'Aumale, em meados de 1866, um aspecto fabril, com a sua chaminé alta, a casa de máquinas e diversas dependências para acomodação dos trabalhadores, petrechos agrícolas, cavalos e bois. Grandes áreas foram desmatadas e transformadas em pastos. As plantações de cana-de-açúcar se estendiam ao longo do Rio Cubatão⁶⁷.



Figura 1: Engenho de açúcar de S. A. R. o Duque de Aumale: perto da rua da Ilha ao lado esquerdo do Cubatão, 1866. Joinville, Santa Catarina/ Acervo BNDigital.

Segundo Wanderley⁶⁸, o autor das fotografias, Louis Niemeyer foi diretor da colônia Dona Francisca de 1860 até 1873 e, em 1871, enviou um ofício ao governo imperial tratando do desenvolvimento da agricultura-

Francisca. 2. ed. Joinville, SC: Letradágua, 2008.

67 – *Idem*, p. 250.

68 – WANDERLEY, Andrea C. T. *Exposição de História do Brasil de 1881-1882*. 2019. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=exposicao-de-historia-do-brasil-de-1881-1882>. Acesso em: 07 nov. 2021.

ra em Santa Catarina, requisitando ao império um pouco mais de atenção em relação à economia da província, principalmente da colônia em que ele era diretor. Sendo assim, se a ideia era demonstrar o desenvolvimento da província catarinense e principalmente da Colônia na área agrícola – nada mais interessante que dedicar ao próprio imperador uma imagem de um engenho de açúcar e de alguém de tamanha importância como o Duque.

A Figura 2 é a única foto do álbum que tem como foco principal a figura humana. São 5 homens em um plano fechado, armados com seus rifles ou empunhando ferramentas e posando olhando diretamente para o fotógrafo. Dos cinco homens, apenas um é identificado tanto com seu nome como sua profissão, o Engenheiro alemão A. Wunderwald.

A imagem passa um ar de desbravadores, representa os imigrantes alemães que por aqui se instalaram como os conquistadores de uma terra ainda inexplorada.



Figura 2: O Engenheiro A. Wunderwald com seus companheiros, 1866.
Joinville, Santa Catarina / Acervo BNDigital.

Com a visão desses desbravadores, podemos pensar que a imagem tinha a intenção de demonstrar a conquista de terras inóspitas, habitadas por animais selvagens e indígenas, já que no século XIX, os indígenas eram considerados selvagens e que precisariam ser civilizados. A. Wunderwald foi um engenheiro importante para a colônia Dona Francisca, sob suas ordens em 1855 deu-se início a construção de uma estrada para transpor a Serra do Mar, a Estrada Dona Francisca, e que alcançava o planalto, possibilitando o escoamento da produção não só da Colônia, mas de toda a região⁶⁹.

As demais fotos do álbum são de casas. Ao todo são 5 fotos de casas, todas atreladas ao nome dos seus donos e aos ofícios deles, dentre elas, talvez os exemplos mais conhecidos sejam a casa de Ottokar Dörffel (Figura 3), político influente na Colônia, fundador do principal jornal da época, o *Kolonie Zeitung*, e cônsul de Hamburgo; atualmente abriga em sua casa o Museu de Arte de Joinville (MAJ).



Figura 3: Casa do Sr. O. Dörffel, caixeiro da direção e consul de Hamburgo. Joinville, Santa Catarina / Acervo BNDigital.

69 – VIEIRA, C. V.; GUEDES, Sandra P. L. C.. Mapeamento das rotas dos viajantes estrangeiros na baía da Babitonga entre os séculos XVI e XIX. *Caderno de Iniciação à Pesquisa* (UNIVILLE), v. 7, p. 306-309, 2005.

A outra residência fotografada foi a casa da direção da Colônia (Figura 4), que tinha como proprietário Léonce Aubé, representante do príncipe de Joinville e do seu irmão, Duque d'Aumale, que ocupou o cargo de diretor da colônia até 1860 quando pediu demissão e foi substituído por Louis Niemeyer. Essa residência abriga o Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC).



Figura 4: Casa da direção: dono o Sr. L. Aubé, 1866. Joinville, Santa Catarina/ Acervo BNDigital.

A casa da Figura 5 pertencia a Jordan, influente negociante de Joinville. Localizada na “rua do Caxoeira”, atual rua Princesa Isabel, próxima ao rio de mesmo nome e que corta o centro da cidade. Assim como o Duque, Jordan era alguém com bastante poder financeiro na Colônia como um dos sócios da Companhia Industrial, uma empresa exportadora de erva-mate. Mesmo depois que a Companhia se desfez, Jordan ainda continuou como comerciante e exportador de erva-mate⁷⁰.

70 – FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*. 2. ed. Joinville, SC: Letradágua, 2008.



Figura 5: Casa do Sr. Jordan, negociante, rua do Caxoeira, Joinville, Santa Catarina / Acervo BNDigital.

Essa imagem é interessante por alguns fatores, apresenta algumas casas em volta, um cavalo amarrado à frente da casa, onde também se pode ver duas mulheres e um homem, vestidos com trajes que não remetem ao trabalho braçal. Além de demonstrar a ocupação demográfica da região, com as casas, a foto pode utilizar do fato dessa edificação ser uma boa casa, para demonstrar o desenvolvimento econômico da Colônia. As fotos mostram casas de comerciantes (Figura 5, 6 e 7), a quarta de uma indústria e a quinta demonstrando o empenho da Colônia em desbravar o sertão e providenciar infraestrutura para o desenvolvimento econômico regional.



Figura 6: Casa do Snr. Richlin, sapateiro, rua do Príncipe. Joinville, Santa Catarina / Acervo BNDigital.

Jacob Richlin, cuja residência aparece na Figura 6, por sua vez, era um imigrante que chegou à Colônia em 1851, com 28 anos de idade, segundo a lista de Imigrantes⁷¹ na Colônia Dona Francisca. Um sapateiro protestante que viajou na 1ª classe, o que pode indicar seu poderio econômico, já que os navios de imigrantes possuíam três classes e os operários, pedreiros e lavradores, funções mais simples na época, ocupavam a 3ª classe.

Na Figura 7 é possível observar outra casa com um bom padrão para a época, pertencente a G. Hasse, um comerciante de 37 anos vindo também de 1ª Classe o que, como no exemplo anterior, indica um poder econômico mais elevado. Hasse era um imigrante que chegou à Colônia em 1868, essa foto foi produzida entre 1868 e 1871, quando o álbum foi enviado ao imperador.

71 – ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. *Lista de Imigrantes*. Joinville. 2016



Figura 7: Casa do Snr. G. Hasse, negociante, rua do Príncipe. Joinville, Santa Catarina / Acervo BNDigital.

É possível presumir que ao fotografar essas casas, o diretor da colônia, além de chamar a atenção para o desenvolvimento econômico, como já citado, poderia demonstrar a diversidade de atividades comerciais da colônia, desde um grande comerciante de erva mate, um fabricante de sapatos e um negociante que havia chegado recentemente.

Por fim, a Figura 8 retrata uma igreja católica ao fundo, com um cemitério em primeiro plano, e uma grande árvore. A questão interessante é, se a maioria dos imigrantes que chegaram na Colônia eram seguidores do protestantismo⁷² e a Colônia possuía uma casa de oração, por que tirar uma foto de uma igreja católica? Não se pode esquecer que o catolicismo era a religião oficial do Império brasileiro e essa era a igreja católica da Colônia.

72 – FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*. 2. ed. Joinville, SC: Letradágua, 2008.



Figura 8: Igreja Católica da rua da Telheira, 1866. Joinville, Santa Catarina / Acervo FBN.

Infelizmente não saberemos com toda certeza quais eram as intenções, representações, memórias e filtros culturais que o fotógrafo se apropriou, porém podemos levantar hipóteses com base no que é conhecido pela historiografia. No caso da imagem da igreja, poderia sim haver a intenção de Louis Niemeyer fotografar uma igreja católica a fim de criar uma identificação com o imperador e mostrar que um dos requisitos do Contrato de Colonização firmado entre o Império e a Companhia Colonizadora de Hamburgo, que colonizou a região, era ter uma igreja, dentre outras coisas⁷³.

Uma exposição de história de presente para o imperador.

Ao analisar o contexto da exposição e a intenção de comemorar o aniversário do imperador do Brasil, algumas questões podem ser levantadas. Como, por exemplo, qual a importância de presentear o imperador

73 – *Ibidem*.

com uma exposição de história? Qual a memória que se desejava construir acerca do império e do imperador?

Para entender essas ligações, precisamos relembrar da figura do imperador Dom Pedro II, um homem entusiasta da ciência e que se envolveu em vários projetos para o desenvolvimento científico brasileiro, como o de fundar o IHGB, com o objetivo de salvaguardar os documentos importantes para a história da nação. Além da história da nação, o imperador também se interessava pela história como um todo, trazendo, inclusive, múmias em uma de suas viagens para o Egito, que foram incorporadas ao acervo do Museu Real⁷⁴. Além de entender a afeição do imperador pelas ciências, temos o contexto das comemorações, pois dentre os vários rituais comemorativos em que Estado e Igreja estavam envolvidos, os aniversários de Dom Pedro II eram festejados de manhã até a noite no dia 2 de dezembro, com imagens do imperador pelas ruas e iluminação especial em prédios públicos⁷⁵.

Halbwachs⁷⁶ define a memória histórica como uma memória ligada a uma cronologia e a existência de uma história. Para Halbwachs há um sentimento de pertencimento nessas memórias que são coletivas ao mesmo tempo que são memórias históricas. Nesse contexto, essas memórias se assemelham com a memória histórica associada ao imperador, sendo memórias coletivas, produzidas por todo o aparato do império e que as comemorações públicas imperiais reafirmavam, como uma divulgação para a memória autobiográfica do imperador Dom Pedro II.

Para Halbwachs a memória autobiográfica, ou seja, a memória que conta a vida de um indivíduo, e a memória histórica têm uma forte relação. No caso do imperador, relacionada à ciência, pois a memória da nossa vida possui uma história, um passado esquematizado, denso, e com um presente e futuro narrado de forma contínua

74 – SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 623 p.

75 – BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Festas cívicas na Corte regencial. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 494-516, jul/dez. 2006.

76 – HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo. Vértice, 1990.

[...] uma (memória) interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso⁷⁷.

Pollak⁷⁸ também faz alusão à relação entre a memória coletiva e a história, quando atribuímos um valor a um passado, como tempos sombrios, ou época de ouro, estamos fazendo muito mais relação com uma memória histórica/coletiva do que somente com a história que se quer contar, e isso é extremamente importante quando falamos na manutenção das memórias acerca do imperador e seu império.

A memória segundo Halbwachs, que também é citado por Pollak é como uma estrada de mão dupla, entre o individual e a memória coletiva, pois ao mesmo tempo que você tem suas particularidades que o fazem ter uma memória diferente, você está inserido em um grupo que compartilha as memórias com você e você compartilha as suas com ele, e são alimentados pela sua memória. Segundo o autor, dificilmente terá uma memória somente sua, pois enquanto ser sociável e inserido em um grupo social, tem referências e se baseia nas memórias desse grupo.

Assim compreendemos a dinâmica da memória criada pelos institutos de memória e história no Brasil do século XIX, quando, por exemplo, o IHGB e a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) trabalhavam juntos para reproduzir as artes relacionadas à história do Brasil e criar uma visão de história oficial a partir das pinturas produzidas na AIBA⁷⁹. Cria-se uma memória coletiva, a história unificada de uma nação, extinguem-

77 – *Idem*, p. 59.

78 – POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200–212. 1992.

79 – VIERTEL, Guilherme; GUEDES, Sandra P.L. de Camargo. A obra Combate Naval do Riachuelo como lugar de memória da Guerra do Paraguai. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 180, n. 481, p. 95-120, set/dez. 2019

-se os conflitos de poder que os mais diversos grupos sociais travam sobre essa nação unificada e pacífica, e então a memória histórica se mescla com a memória coletiva e com a memória autobiográfica.

A memória e o esquecimento detêm um poder no seu âmbito coletivo, não que todos os indivíduos dividam a mesma memória, mas que a memória seja controlada ou manipulada em sua coletividade. E isso é alvo de estudos e de confrontos sociais para ter o poder dessa memória.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva⁸⁰.

No século XIX a memória histórica ganha uma face nacional e de comemoração, como um suporte para a história da nação. Para isso criam-se vários instrumentos para essa memória se tornar hegemônica, atendendo a essas nações e um novo simbolismo que emerge na Europa.

A comemoração apropria-se de novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se. A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge nas nações europeias. Grande domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore misturam-se e que espera os seus historiadores⁸¹.

Os indivíduos que fazem parte de um grupo social criam representações das origens, história e natureza desse grupo, baseadas em memórias por eles compartilhadas e por quem está no domínio da ação política, dando origem a legitimação dos desejos nacionalistas; no domínio da ação cultural, podemos entender os discursos veiculados pelas coletividades territoriais, Estados, museus e instituições de pesquisa patrimoniais. Assim, cria-se o objetivo e a necessidade de conservar, restaurar e va-

80 – LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990. p. 422.

81 – LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990. p. 458.

lorizar a identidade compartilhada pelos integrantes do grupo e os seus ancestrais⁸².

A partir dessa discussão podemos compreender o porquê de apresentar o imperador do Brasil com uma exposição de história: a manutenção da memória, através de uma exposição e dos discursos que ela possibilita. Percebemos então, a possível intenção da Biblioteca Nacional em demonstrar todo o poder do imperador e do império por meio dos documentos, iconografias e mapas, e todo o desenvolvimento da nação por meio da história, sem esquecer do objetivo de Muniz Galvão de enriquecer o acervo documental da Biblioteca Nacional.

Considerações finais

A partir do que vimos podemos estabelecer uma questão que irá guiar as considerações acerca do patrimônio cultural catarinense enviado à Exposição de História do Brasil de 1881. Podemos entender o que era considerado patrimônio histórico para a província no contexto de uma exposição nacional: documentos, mapas, legislação, documentos escritos, muitas vezes oficiais.

Através do *Guia da Exposição*, em que há a relação de itens expostos, percebe-se que os organizadores da exposição atribuíram os valores cognitivos, estéticos e de raridade aos itens enviados por todo o país, expondo itens raros sobre a história do Brasil, ou obras clássicas sobre a nação e a produção intelectual representada por diversos documentos, construindo um discurso de um império em desenvolvimento, organizado e potente militarmente.

Santa Catarina queria demonstrar a ocupação de um vazio demográfico, enaltecer seu desenvolvimento, sua tecnologia e contribuir com a construção da imagem de um imperador poderoso, demonstrando todo seu território com os mapas, e o seu poder militar com imagens de fortes, de soldados e de bugreiros, levando em conta que no século XIX era re-

82 – CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução de Jaime Pinsky. São Paulo: Contexto, 2011.

corrente a preocupação com as incursões indígenas no território nacional. Nesse contexto, os bugreiros eram entendidos também como uma força de segurança, não contra ameaças externas, mas sim contra o perigo representado pelos indígenas.⁸³

Ao analisar as fotografias de uma das colônias Catarinenses enviadas para a exposição, mas que não foram expostas, podemos perceber uma memória cultural sendo reafirmada e transmitida por meio dessas fotografias, inerentes à intervenção de quem as produz, que com sua visão de mundo filtra o que preservar e o que deixar ser esquecido com o passar dos anos.

Percebemos também a demonstração de vários aspectos da colônia Dona Francisca, como se através das fotos, se fizesse uma grande propaganda do desenvolvimento agrícola com o seu engenho e do seu comércio com várias fotos de casas de comerciantes. Afinal, ao diretor da colônia interessava que se demonstrasse que essa estava se desenvolvendo e que merecia mais investimentos por parte do governo imperial.

Também se demonstra a visão do desbravador aventureiro que era atribuída aos imigrantes e estava presente em tantos discursos sobre a imigração europeia para Santa Catarina. Por outro lado, as armas podem representar a defesa contra animais ferozes ou a violência contra a população que aqui já estava quando os imigrantes chegaram, já que a ideia de se levar a civilização e o progresso, muitas vezes significava espantar ou exterminar os indígenas.

Talvez, por todas essas demonstrações, memórias e representações registradas nessas fotos que foram expostas na Exposição de História do Brasil de 1881, reforçam-se as hipóteses que foram levantadas, principalmente dos valores históricos dos documentos e a intenção de, no caso das fotografias, chamar atenção do governo imperial e criar um vínculo para atrair investimentos para a colônia.

83 – GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; OLIVEIRA NETO, Wilson de; OLSKA, Marília Gervasi. *O exército e a cidade*. Joinville, SC: Univille, 2008. 192 p.

Por fim, a fotografia se mostra um documento rico em detalhes quando analisamos o contexto em que foi produzida. Ela quebra a lógica do tempo, que sempre tem pressa e quer passar, apresentando uma dimensão palpável e visual de uma cidade há cento e quarenta anos.

Texto apresentado em dezembro de 2021. Aprovado para publicação em junho de 2022.